

## **Democracia do Proletariado: elementos para a construção de uma teoria democrática marxista<sup>1</sup>**

Nayara F. Macedo de Medeiros<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo mapear as discussões sobre democracia no âmbito do pensamento marxista. Para tal, propõe-se uma revisão bibliográfica de modo a traçar como diversos autores enxergam a interação entre os conceitos de “classe”, “Estado” e “democracia”. Por meio da análise dos eixos centrais dessa vertente do pensamento político, principalmente nas formulações neomarxistas, pretende-se construir uma sistematização teórica acerca do que seria uma teoria democrática marxista. O argumento central é que as principais contribuições do marxismo ao estudo da democracia referem-se à investigação dos limites e das potencialidades da democracia em um contexto de desigualdade.

**Palavras-chave:** democracia, marxismo, desigualdade.

**Abstract:** This article aims to map discussions on democracy provided by Marxism. To this purpose, we propose a bibliographical research in order to find how different authors approach the interaction between the concepts of “class”, “State” and “democracy”. Through an analysis on the central aspects of this stream of political thought, especially those provided by neomarxist formulations, we aim to propose a theoretical systematization around what a Marxist democratic theory would be. The central claim is that the main contributions from Marxism to the study of democracy refer to the investigation of the limits and potentials of the democratic regime in a context of inequality.

**Keywords:** democracy, Marxism, inequality.

---

<sup>1</sup> Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demode-UnB). E-mail: [nayaramcd@gmail.com](mailto:nayaramcd@gmail.com)

## I. Introdução<sup>3</sup>

Corrente hegemônica entre 1960 e 1970, o marxismo sofreu ataques sucessivos chegando a ter sua cientificidade contestada de um lado por positivistas “quantitativistas”, que se baseavam no pressuposto de que o pensamento marxista é de difícil quantificação, e de outro por marxistas analíticos e críticos ao determinismo econômico. Em que pese as contribuições marxistas para os estudos da sociologia, da economia e da política, a análise dessa vertente do pensamento político tem sido historicamente abandonada nos trabalhos focados em teorias da democracia.

Nesse sentido, Tavares (2014) argumenta que a ideia de ditadura do proletariado foi alijada do campo de estudos relativo à teoria democrática contemporânea. Entretanto, não é apenas esse aspecto específico do pensamento marxista que se encontra na margem dos estudos sobre democracia. O marxismo como um todo tem sido sumariamente excluído desses estudos. As razões para tal negligência são diversas e variam desde a acomodação a uma visão naturalizada da coexistência entre democracia e capitalismo (ver Miguel, 2012) à suposta dificuldade de operacionalização quantitativa dos pressupostos marxistas.

Assim, em estudos de cunho mais empiricistas (ver, por exemplo, Muller, 1995; Reuveny e Li, 2003), a tendência é fundamentar o marco teórico nas perspectivas minimalistas ou liberais, que associam o conceito de democracia a um conjunto de instituições, tais como a realização de eleições periódicas, a existência de partidos e o nível de liberdade de imprensa.

Não por acaso, alguns índices que tentam mensurar a qualidade de democracia se baseiam nessa visão<sup>4</sup>. Mesmo as classificações dos modelos que compoariam o que se chama de “teorias da democracia” geralmente não incluem o marxismo. Dessa forma, a classificação de Miguel (2005) e de Marques (2007) tratam de cinco vertentes – democracia liberal-pluralista, democracia deliberativa, democracia participativa, republicanismo e multiculturalismo – sem fazer uma menção mais expressa ao marxismo.

---

<sup>3</sup> Este artigo faz parte de pesquisa para tese de doutorado a ser apresentada como requisito para obtenção de título de doutora na Universidade de Brasília. A pesquisa foca na questão dos grupos de interesses e sua relação com a democracia. Aqui é apresentada apenas uma parte pequena, que corresponde à revisão bibliográfica inicial.

<sup>4</sup> Como exemplos, podemos citar o Polity IV e o Freedom House. Ver respectivamente em: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> e <https://freedomhouse.org/>.

Mesmo David Held (2007), que dedica um capítulo inteiro de seu livro “*Models of Democracy*” a uma discussão das obras de Marx, associa o modelo marxista a uma retomada de elementos da democracia direta de Atenas e do pensamento de Rousseau. O modelo é denominado de “democracia direta e fim da política” e autores neomarxistas como Claus Offe e Nicos Poulantzas ficam de fora, aparecendo apenas em críticas ou variantes de subvertentes do marxismo ou ainda em outros modelos, tais como o pluralismo<sup>5</sup>. Falta, portanto, uma sistematização mais rigorosa do pensamento marxista em relação às discussões sobre democracia, desde as obras originais de Marx às formulações mais recentes.

O marxismo não só possui influência em algumas vertentes das teorias da democracia, notadamente a democracia participativa, mas pode trazer contribuições relevantes para o estudo do regime democrático de modo mais geral, principalmente em um contexto de grandes contrastes sociais. A principal ferramenta que o marxismo traz à análise da democracia consiste na utilização da “classe social” como variável independente e unidade de análise e a teoria do Estado decorrente dessa escolha metodológica.

Isso não significa que a “classe social” seja a única variável independente importante para todos os fenômenos sociais, mas seu entendimento como causa social generalizada incide na importância de verificar suas ramificações (Wright, 2015). Apesar da tendência da teoria política contemporânea em diminuir a importância das classes sociais, elas ainda são importantes na compreensão da sociedade capitalista (Miguel, 2012).

O presente artigo tem como objetivo analisar quais são as contribuições que o pensamento marxista<sup>6</sup> pode trazer para a construção do conceito de democracia. Nosso principal argumento reside na afirmação de que o marxismo provê os instrumentos analíticos mais adequados para lidar com os dilemas que a democracia enfrenta face à expansão das desigualdades sociais.

Isso é feito por meio de uma revisão bibliográfica centralizada na formulação teórica de dois conceitos: classe e Estado. Discutindo esses conceitos, tentamos mostrar

---

<sup>5</sup> Held (2007) afirma que o marxismo do século 20 teria evoluído em três formas: libertários, pluralistas e ortodoxos.

<sup>6</sup> Adoto a expressão “marxista” em vez de “marxiana” devido à ênfase nas obras de autores que empreendem esforços em reformular e adaptar elementos desenvolvidos por Marx, trazendo novas teorias.

qual o entendimento da perspectiva marxista sobre a democracia no que se refere à concepção e ao seu funcionamento na sociedade contemporânea. Ademais, são abordadas algumas distinções entre o marxismo e outras vertentes do pensamento político de modo a explicitar o contraste.

No final, é apresentada uma proposta de sistematização teórica quanto à perspectiva marxista sobre a democracia. Por meio de uma junção dos conceitos de seletividade e de permeabilidade em um só conceito mais genérico e da utilização da concepção campo de Bourdieu (ver Miguel, 2014), propomos o esboço de um modelo de análise marxista para a democracia. O objetivo final é contribuir para a sistematização de uma teoria democrática marxista, que possa embasar futuros estudos, inclusive de natureza empírica.

## **II. Classe, Estado e Democracia**

A importância do marxismo e suas variantes para o conceito de democracia reside fundamentalmente em dois fatores: o conceito de classe social e as teorias do Estado. O que torna o marxismo relevante para teoria democrática é a interlocução entre esses dois elementos, ou seja, a interação entre as classes sociais e o Estado capitalista. Uma vez que o conceito de democracia está originalmente relacionado à distribuição igualitária do poder político (ver Heywood, 2004; Held, 2007), a divisão social do poder político encarnada na forma com a qual diversos segmentos da sociedade interagem com o Estado torna-se um problema fundamental.

Entretanto, tanto o conceito de classe quanto a teoria marxista do Estado não estão livres de controvérsias e, conseqüentemente, se constituem em objetos de discussão dentro do próprio marxismo. Essa falta de consenso prepondera porque as obras de Karl Marx e os escritos subsequentes não deixaram um conceito unificado e sistematizado de classe social e tampouco desenvolveram uma teoria homogênea e exclusiva sobre o Estado e suas relações com as classes (ver Held, 2007; Hay, 1999).

No que tange especificamente à classe, não existe conceito unitário no marxismo. Destacam-se, porém, duas perspectivas principais: uma visão centrada no processo histórico e uma perspectiva “estática” de classes. A diferença entre as duas vertentes é visível na obra de E.P. Thompson (1978). Ao analisar a sociedade inglesa do século XVIII, o autor mostra como a utilização de determinados termos – como “pré-industrial” e “paternalismo” – é inadequada para analisar o período em questão, pois

obscurece as diferenças entre os modos de exploração e, conseqüentemente, a distinção entre escravidão e trabalho livre.

Paternalismo seria um conceito “frouxo” e não se aplicaria propriamente à experiência inglesa do século XVIII, segundo Thompson (1978). Nesse sentido, o equilíbrio estrutural das relações entre plebe e *gentry* vem da fraqueza dos órgãos do Estado. O preço que a aristocracia e a burguesia teriam pago por um Estado fraco corresponde a certo grau de liberdade da plebe.

Os limites à plebe foram impostos em contexto de equilíbrio que não pode ser analisado sem o conceito de classe, mesmo que o sistema cognitivo das pessoas, de forma geral, tenha se dado conta dessa categoria em um momento posterior. O que está em destaque é o processo histórico que forma as classes sociais – por meio da luta de classes – e não a expressão da classe social derivada da observação de elementos objetivos, tais como nível de renda ou riqueza, embora esses determinantes também sejam relevantes.

Por outro lado, as estruturas ou os modelos são teorizados para supostamente oferecer determinantes objetivos de classe, como, por exemplo, expressões de diferentes relações produtivas (Thompson, 1978). O conceito de classe adotado por Thompson (1978) remete, portanto, a uma categoria histórica em contraposição a uma categoria considerada como estática. Isso significa que a categoria deriva da observação de um processo social durante determinado período de tempo. O autor argumenta que classe como uma categoria histórica é o uso próprio do conceito tal como exposto no pensamento marxista mais corrente, embora o conceito de classe como uma categoria estática tenha ganhado adeptos.

Na perspectiva histórica, o conceito pode ser empregado em dois sentidos: com referência a um conteúdo histórico correspondente real ou como uma heurística ou categoria analítica para organizar evidência histórica que tem muito menos correspondência direta. Assim, no caso do primeiro sentido, a classe faz parte do sistema cognitivo das pessoas que vivem no período estudado. O segundo caso refere-se mais propriamente a períodos anteriores à revolução industrial, em que a classe ainda não fazia parte do sistema cognitivo das pessoas. A utilização do termo "classe" nesses períodos requer cuidado, pois a evidência histórica disponível é muito menos direta. O

segundo caso corresponde à análise que Thompson (1978) faz da relação entre plebe e *gentry* na Inglaterra do século XVIII.

A utilização do conceito de classe para analisar períodos anacrônicos decorre da ausência de categoria mais adequada para lidar com o processo histórico manifesto: não se fala em "luta de clãs" ou "luta de ordens", mas especificamente “luta de classes” (“*class-struggle*”). Assim, classe, em seu uso heurístico, é inseparável da noção de "luta de classes", que é o conceito primário e universal. Nesse sentido, classes não existiriam como entidades separadas, mas em relação a um contexto de luta: pessoas se encontram em sociedade estruturadas em determinadas maneiras, vivem contexto de exploração, sejam elas exploradas ou exploradoras, e ao identificar interesses antagônicos, descobrem-se elas mesmas como membros de determinadas classes (Thompson, 1978).

Alternativamente à abordagem histórica de classe, existem perspectivas consideradas como "estáticas" (sociológica e heurística), que empregam categorias centradas na inércia do conceito e, segundo Thompson (1978), restringem-se a medidas quantitativas (como as respostas a *surveys* tradicionais sobre a que classe as pessoas pertencem). Das perspectivas estáticas, decorre a noção de "falsa consciência", em que as classes correspondem a um modelo estático de relações produtivas capitalistas.

Em contraste, na perspectiva voltada ao processo histórico, a consciência de classe não existiria previamente, mas seria decorrência desse processo; ou seja, “classe” e “consciência de classe” são elementos da última fase do processo histórico real (Thompson, 1978). Se adotamos uma perspectiva estática, a classe é um elemento preexistente à luta. Nas abordagens estáticas, as classes são vistas como decorrentes das estruturas sociais, i.e. das relações de propriedade (Miguel, 1998).

Erik Olin Wright (2015), por exemplo, define essa estrutura com base no conceito de exploração, caracterizada com base na extração e apropriação de esforço<sup>7</sup>. A concepção de exploração utilizada por Wright refere-se à “divisão social de benefícios materiais em que as vantagens dos beneficiários dependem da existência de prejudicados” (Miguel, 1998: 24).

Nesse sentido, mesmo a relação entre senhores de escravos e escravos se constituiria em relações de classe devido aos direitos de propriedade sobre as pessoas e

---

<sup>7</sup> Exceto quando a discussão refere-se à exploração de qualificações, em que a linguagem contrafactual do excedente é mais conveniente (Wright, 2015).

à apropriação dos frutos do trabalho (no caso em questão, dos frutos do trabalho dos escravos pelos senhores). O conflito entre trabalhadores e capitalistas não ocorreria apenas com base nos níveis salariais, mas também pela quantidade de esforço realizado. Wright (2015) argumenta que, embora existiam períodos de cooperação entre trabalhadores e capitalistas, o conflito é adjacente e não será superado até que a relação deixe de se basear na exploração.

A estrutura de classes básica marxista referia-se a três segmentos: trabalhadores, capitalistas e pequeno-burgueses (Wright, 2015). Entretanto, fenômenos contemporâneos exigem estrutura mais matizada para incluir segmentos intermediários, que estariam localizados entre os extremos (classe trabalhadora e proprietários), como a classe média e a burocracia estatal<sup>8</sup>.

Algumas funções – como o caso dos gerentes e dos supervisores – implicam posições de classe ambíguas pois os indivíduos se encaixam simultaneamente na classe trabalhadora e na capitalista. Trata-se, portanto, de uma posição contraditória, pois combina os interesses antagônicos do capital e do trabalho (Wright, 2015). Considerando esses elementos, Wright (2015) esboça o seguinte quadro correspondente às posições de classe:

**Quadro 1 – Tipologia de classe segundo Wright**

		relação com meios de produção					
		proprietários	empregados				
número de empregados	muitos	capitalistas	gerentes especializados	gerentes qualificados	gerentes não qualificados	relação com exercício da autoridade	
	poucos	pequenos empregadores	supervisores especializados	supervisores qualificados	supervisores não qualificados		supervisores
	nenhum	pequena burguesia	especialistas	trabalhadores qualificados	trabalhadores não qualificados		não gerência
			especialistas	qualificados	não qualificados		
		relação com qualificações escassas					

<sup>8</sup> Há ainda as pessoas que se encontram fora da força de trabalho paga. É o caso de crianças, aposentados, etc. Esse conjunto heterogêneo de pessoas é dividido entre as pessoas que estão ligadas às relações de classe por vínculos familiares (posições de classe mediadas) e as que não estão. No caso das posições de classe mediadas, os interesses do indivíduo são ligados ao processo de exploração por meio de laços familiares. Há ainda pessoas que apresentam ambas as relações: direta e mediada (Wright, 2015).

**Fonte: Wright (2015).**

Os campos no quadro não se configuram em classes em si, mas em posições dentro das relações de classe. Assim, constitui-se especificamente no mapa da estrutura de classes (Wright, 2015). Dessa forma, nota-se o contraste entre as perspectivas histórica e estática. Enquanto Thompson (1978) foca no processo – a formação histórica das classes sociais – Wright (2015) define sua estrutura com base em elementos observáveis: número de subordinados, relação com exercício de autoridade e qualificações.

Apesar das diferenças, existem eixos de convergência importantes nas duas abordagens. A principal convergência refere-se à ênfase na dimensão do conflito. Ambas as perspectivas estão centradas nos interesses antagônicos entre trabalhadores e capitalistas. No caso de Thompson (1978), o conflito é o elemento originário da formação de classes e, portanto, as precede. Na análise feita por Wright, a existência de interesses antagônicos é um elemento indispensável porque se encontra no cerne do conceito de exploração, que define as relações de produção e as posições sociais.

“Classe” e “luta de classes” são componentes importantes no entendimento da democracia, pois se relacionam ao princípio fundador desse conceito: a igualdade política. Originalmente, o modelo do qual herdamos todo o vocabulário e o imaginário relativos ao termo “democracia” pressupunha certo nível de igualdade entre os cidadãos, mesmo que às custas da delimitação da cidadania a um grupo restrito de indivíduos (Held, 2007; Miguel, 2012).

O uso da “classe social” como unidade analítica, em detrimento de grupos e elites, ressalta a susceptibilidade do campo político ao poder econômico. A interação entre as esferas política e econômica está intrinsecamente relacionada às discussões sobre igualdade política, uma vez que se questiona como os recursos econômicos afetam as possibilidades de indivíduos serem politicamente iguais. Isso implica analisar como recursos econômicos impactam as capacidades que grupos e indivíduos dispõem de influenciar as decisões públicas.

A concepção de “classe social” liga a dimensão política à econômica, em que um grupo economicamente privilegiado detém mais oportunidades de participação política efetiva. A lógica do mercado econômico se reproduz no mercado político. Em contraste, a utilização dos termos “elites” e “grupos” advindos respectivamente do



elitismo e do pluralismo mitigam a relação intrínseca entre poder econômico e poder político. No caso do pluralismo estadunidense, principalmente na obra de Dahl (1961), os grupos eram vistos em relação à dispersão dos recursos, que impediriam que um grupo só dominasse a política.

Ideologia potente nos Estados Unidos, a perspectiva pluralista pressupõe a autoregulação da política por meio da competição entre grupos. A existência de múltiplos interesses organizados impediria que a sociedade se tornasse unitária, ou seja, que uma classe unitária ou elite do poder emergisse. Decorrente da visão liberal, a política é vista como autônoma em relação à economia. Há, portanto, descontinuidade entre o mundo econômico e o político (Lowi, 1979 [1969]).

Em contraste ao pluralismo estadunidense, o elitismo admite a existência de um grupo político dominante, seja devido às qualificações inatas (Pareto, 1984) ou a competências em determinados ramos que socialmente permitem o “ranqueamento” dos indivíduos (Mosca, 1966). Entretanto, o elitismo rejeita a relação explícita e mais direta entre dominação econômica e política.

A recusa do emprego do termo “classe social” pelo elitismo justifica-se pela percepção de que tal concepção implicaria a junção imperativa entre as expressões econômicas e políticas. Tal junção indicaria que um mesmo segmento dominaria economicamente e politicamente, o que não se aplicaria a todos os casos concretos. Wright Mills, por exemplo, recusava tanto o emprego de classe (marxismo) quanto o de indivíduo (político profissional) como sujeito do poder (Perissinotto & Codato, 2009).

Do ponto de vista do marxismo, a recusa ao instrumento analítico da “elite” residia principalmente na visão de que o caráter de classe do Estado era consequência dos vínculos entre essa estrutura e a sociedade capitalista, independente da subjetividade dos indivíduos. Nesse sentido, os indivíduos imersos na estrutura burocrática manteriam a coesão social baseada na dominação de classe independente de suas crenças e origens sociais, pois estariam destinados a repor tal função do Estado (Perissinotto & Codato, 2009).

Todavia, os marxistas nunca consideraram o termo “classe dominante” como descrição do controle direto de funções políticas por grupos economicamente dominantes (Perissinotto & Codato, 2009). Em linhas gerais, o que as formulações neomarxistas descrevem é uma certa abertura maior por parte do Estado a segmentos

economicamente favorecidos. É o que trazem as concepções de “seletividade” e “permeabilidade” explanadas por Claus Offe (1984 [1972]) e Nicos Poulantzas (2000 [1978]). O conceito de seletividade está relacionado a uma tendência de convergência entre políticas adotadas e interesses capitalistas, em que o Estado direciona suas decisões em benefício dos interesses capitalistas.

Não se trata aqui de um interesse individual de um capital particular, mas do interesse global geral a longo prazo (Hay, 1999). A causa do direcionamento das decisões do Estado aos interesses capitalistas seria a dependência estrutural, entendida como a dependência estatal em relação ao financiamento privado devido aos impactos no desempenho da economia. Offe (1984 [1972]) critica o pressuposto da neutralidade estatal, que está comprometida devido ao diferencial de porosidade do Estado em relação às demandas capitalistas. O desenvolvimento da seletividade serve à unificação e à destilação de um interesse capitalista global e se caracteriza como um dos critérios usados para identificar o caráter classista do Estado.

O controle dos investimentos por entidades privadas contribui, portanto, para que o Estado tome decisões que não contrariem os interesses da classe capitalista, constringendo os gestores governamentais (Miguel, 2014). A seletividade das instituições decorre da estrutura, caracterizada pela dependência sistêmica que impõe limites à racionalidade dos agentes envolvidos (sobretudo, os agentes estatais). De forma semelhante, Poulantzas (2000 [1978]) adota o termo “permeabilidade” para designar a abertura diferencial do Estado aos interesses capitalistas.

Entretanto, no caso do conceito de permeabilidade, a causa do Estado atender aos interesses capitalistas não decorre da dependência estrutural ao capital privado, mas da própria ossatura material do Estado, caracterizada pela presença de classes ou frações de classes. Nesse contexto, a política do Estado é vista como resultado das contradições de classe inseridas na própria estrutura estatal.

Cada ramo do Estado representaria uma sede de poder de determinados interesses particulares ou então uma aliança de interesses. A hegemonia de uma classe ou fração no Estado pode implicar certa unidade, que se traduz na política global em favor de uma classe ou de outra. A coesão e a unidade são mantidas por meio da concentração da dominação de classe (Hay, 1999).

Offe (1984 [1972]) e Poulantzas (2000 [1978]) apresentam duas concepções distintas de Estado: o Estado como uma personificação do capital nacional total devido à dependência estrutural e o Estado como um fator de coesão dentro da formação social (ver Hay, 1999)<sup>9</sup>. Todavia, de uma forma geral, os autores tratam do mesmo problema: a abertura diferencial do Estado, que é supostamente neutro, a interesses de segmentos específicos da sociedade. Aí reside a principal contribuição do marxismo para a concepção de democracia: a interação entre classes sociais e Estado em termos do acesso ao sistema político.

A discussão sobre relação entre classes sociais e Estado permeia uma problemática central da democracia: a relação entre povo e governo. Ao abordar como diferentes grupos possuem tratamento diferenciado por parte das instituições políticas e dos agentes estatais, o marxismo traz à tona um dos elementos centrais do debate sobre democracia: a questão da inclusão política. De forma geral, as teorias marxistas<sup>10</sup> do Estado apontam a existência de mecanismos estruturais ou sistêmicos que contribuem para uma relação intrincada entre esfera econômica e política.

O resultado operacional dessa relação é o acesso diferenciado de certas classes às decisões públicas, o que contraria o princípio da igualdade política. Até mesmo no marxismo ortodoxo, a inclusão política era um assunto fundamental. Em uma crítica à lógica de Hegel, a solução apresentada por Marx referia-se a uma “democracia verdadeira”, baseada em uma emancipação humana real, em contraste com a democracia meramente formal, calcada na emancipação política.

Para Marx (2005 [1844]), a emancipação política não implicava necessariamente a emancipação humana, uma vez que era apenas o primeiro passo para a emancipação humana completa, que apenas seria possível com uma mudança de ordem social. Nesse sentido, o proletariado era tido como o agente da transformação (Hay, 1999).

O termo “proletariado” é utilizado na obra de Marx para designar não apenas uma classe específica, mas uma espécie de ser genérico (Tavares, 2014), que representava as camadas mais marginalizadas da população. A utilização da palavra “proletário” para designar os excluídos em vez de uma classe específica justifica-se pelo contexto da época em que surgiu o “Manifesto do Partido Comunista”, em que a

---

<sup>9</sup> Colin Hay (1999) mostra que existem, ao menos, quatro perspectivas marxistas segundo as quais o Estado pode ser visto como o braço repressivo da burguesia, o instrumento da classe dominante, o coletivo capitalista ideal ou ainda o fator de coesão na formação social.

<sup>10</sup> No plural, porque não há uma única teoria, embora elas apresentem um eixo central.

sociedade encontrava-se dividida nas dicotomias “pobres e ricos” e “proprietários e não-proprietários” (Rosanvallon, 2011). Os miseráveis eram os “homens de fora da sociedade, os fora da lei” (Rosanvallon, 2011: 116).

Nesse contexto, a ditadura do proletariado representa a inclusão política dos grupos marginalizados (cf. Tavares, 2014). Disso decorre que as clivagens entre as classes sociais comprometem a democracia pois propiciam acesso diferenciado ao poder público, o que contraria o princípio de igualdade política. Uma teoria democrática marxista mostra, portanto, a centralidade das classes sociais na análise da democracia. A questão central é como as classes interagem com o Estado, relação que corresponde ao ponto de partida de uma sistematização teórica mais aprofundada.

Sobretudo, uma teoria democrática marxista enfatiza as discussões sobre incompatibilidade entre democracia e capitalismo, pois essa junção permite que grande parte dos cidadãos e cidadãs seja excluída do processo político (Miguel, 2012, 2015).

### **III. Uma teoria democrática marxista: esboço de sistematização**

Apesar das clivagens internas, os pontos de convergência nas formulações marxistas possibilitam um esforço de sistematização teórica acerca de uma teoria democrática advinda dessa corrente de pensamento político. Não se trata aqui de uma vertente democrática apenas influenciada marginalmente pelo marxismo – como a democracia participativa – mas de uma teoria que tem origem plena no pensamento marxista e utiliza seus instrumentos próprios de análise. A sistematização considera as linhas gerais do pensamento marxista no que tange ao papel das classes sociais na política e à relação entre elas e o Estado capitalista.

Mesmo utilizando conceitos diferentes de classe, Thompson (1978) e Wright (2015) destacam a dimensão do conflito inerente às classes sociais. A luta de classes está presente tanto na perspectiva histórica de Thompson (1978) quanto no conceito de exploração de Wright (2015). Enquanto, para Thompson (1978), a luta de classes pode se manifestar por meio de uma contracultura resistente, uma das premissas do conceito de exploração utilizado por Wright (2015) é a dependência entre bem-estar material de um grupo e carências materiais de outro, que salienta o aspecto antagônico.

Assim, a “luta de classes” remete à existência de interesses antagônicos entre diferentes segmentos da sociedade de acordo com a posição que eles ocupam nas

relações de produção. Dessa forma, infere-se que trabalhadores e proprietários possuem interesses divergentes. Isso não significa que os dois jamais concordarão em todas as áreas da política, mas é razoável supor que, ao menos no que tange à política trabalhista<sup>11</sup>, os interesses dos trabalhadores tendem a divergir daqueles dos empresários. Esses interesses emergem das relações de produção, que condicionam as perspectivas e as possibilidades de bem-estar de cada segmento.

De forma semelhante, apesar de Offe (1984 [1972]) e Poulantzas (2000 [1978]) utilizarem conceitos diferentes (seletividade e permeabilidade), ambos os autores se referem a um problema comum: o acesso diferenciado ao Estado por certas classes sociais em detrimento de outras. Nesse sentido, ao abordar o mesmo problema, as concepções de seletividade e permeabilidade remetem a dois diferentes fatores que resultariam nesse acesso diferenciado.

Enquanto Offe (1984 [1972]) refere-se à dependência estrutural do Estado capitalista em relação ao investimento privado, Poulantzas (2000 [1978]) analisa a própria ossatura estatal, i.e. a composição do Estado. Embora lidem com aspectos distintos, tanto a dependência estrutural quanto a composição do Estado são causas da abertura diferencial do Estado em relação a certas classes sociais, em que o controle sobre recursos econômicos, na forma de rendimento ou riqueza, é um dos elementos centrais.

Dessa forma, se juntamos as duas causas – seletividade e permeabilidade – em um só conceito, temos uma concepção mais genérica sobre a abertura diferencial do Estado, a qual optamos por denominar aqui de “capilaridade seletiva”. A capilaridade seletiva se caracteriza pela tendência de as instituições estatais atenderem a determinadas demandas – em uma sociedade capitalista, geralmente a do setor empresarial – em detrimento de outras.

Nessa perspectiva, o Estado seria mais aberto a determinadas classes na medida em que suas instituições atendem com mais frequência aos interesses dessas classes em comparação com as demais. A divergência de posicionamento resulta da posição das classes em termos das relações de produção, as quais não deixam de ter um componente histórico. O antagonismo está presente na frequência com a qual os interesses dessas

---

<sup>11</sup> Essa tendência conflito de interesses pode ser observada por meio da análise das pautas prioritárias das entidades de classe que representam trabalhadores (associações sindicais) e empresários (associações patronais).

classes privilegiadas se contrapõem aos de outras. Em alguns casos, a discrepância se alarga a ponto de promover um jogo de soma-zero. As instituições estatais tendem a favorecer – parcial ou totalmente – os interesses das classes que estão bem posicionadas nas relações de produção, o que classificamos previamente de capilaridade seletiva.

Existem diversas causas da existência da capilaridade seletiva, que vão desde a dependência do Estado ao capital privado à composição das instituições estatais que pode favorecer o acesso de determinadas frações de classe. Essas causas estão relacionadas à existência de canais de interação entre sociedade e Estado, aos quais diferentes indivíduos possuem distintos níveis de acesso. Pegando emprestada a linguagem da sociologia de Bourdieu (1986), isso implica dizer que a política é um campo restrito em consequência às suas regras de funcionamento, mas podemos notar certas aberturas que são mais acessíveis a determinados segmentos.

Além de se abrir aos profanos periodicamente durante o período de eleições, o campo político apresenta canais de interação que permitem que cidadãos e cidadãs participem ativamente das decisões públicas. Tais canais se caracterizam por aberturas que possibilitam a entrada de profanos no campo político. Todavia, esses canais são mais acessíveis a alguns indivíduos, grupos e instituições da sociedade, em detrimento da grande massa de cidadãos e cidadãs. Uma das causas proeminentes que condiciona o acesso aos canais refere-se aos recursos econômicos.

Exemplos de canais de interação são a ocupação de cargos eletivos, o contato direto com a burocracia, o financiamento de campanhas e a atuação por meio de grupos de interesses. A ocupação de cargos eletivos remete à posição dos indivíduos que atuam diretamente na política, como parlamentares e presidente da república. Nesse caso, o indivíduo adquire acesso direto às decisões políticas mediante a vitória nas eleições. O financiamento de campanhas também pode atuar como mecanismo para exercer influência nas pessoas que ocupam cargos públicos, visto que pode servir como barganha na negociação de determinados resultados políticos.

Há aqui um comprometimento até em contraponto à definição liberal de igualdade política, que é entendida como o peso igual de todos os votos. Se os políticos passam a responder mais aos financiadores que aos demais eleitores (ver Speck, 2010; Sztutman & Aldrigui, 2012), os votos não possuem exatamente um peso igual visto que

a opinião de alguns indivíduos passa a valer mais que a dos outros de acordo com o montante econômico “investido” nas campanhas.

Também os grupos de interesses podem ser utilizados para influenciar as decisões públicas pela interação que propiciam com os agentes políticos. Grupos de interesses participam da política ao tentar contato direto com as autoridades governamentais, atividade conhecida comumente como *lobby*<sup>12</sup>. O contato direto com a burocracia, por outro lado, baseia-se na existência de redes de contato entre pessoas que estão “de fora” das instituições políticas e a burocracia estatal, entendida como pessoas que ocupam cargos de alta posição em órgãos públicos. A influência da burocracia na formulação e na implementação das políticas públicas é inegável e salienta a dimensão política da composição tecnocrática do Estado.

Renda e riqueza exercem um papel fundamental no acesso a todos esses canais de interação com o Estado. Campanhas políticas implicam gastos econômicos substanciais, o que reitera a importância dos recursos econômicos para a ocupação de cargos públicos e o poder dos financiadores de campanhas. No que concerne especificamente à ocupação de cargos eletivos, é razoável assumir que os rendimentos recebidos pelos indivíduos incidam sobre as chances de vitória nas eleições, visto que renda e riqueza contribuem para a visibilidade de forma direta e indireta.

Além disso, tanto renda quanto riqueza condicionam as oportunidades que os indivíduos possuem em termos de acesso a determinados espaços e de socialização, que incidem sobre a aquisição de certas habilidades necessárias à atividade política. Assim, alguns autores, como Carole Pateman (1992 [1970]), destacam os constrangimentos que sofrem trabalhadores e trabalhadoras em relação ao desenvolvimento de um comportamento tido como democrático. Relações extremamente hierárquicas e centralizadas contribuem para que trabalhadores e trabalhadoras adotem uma atitude subserviente em contraste com a participação engajada que teoricamente caracterizaria uma democracia (ver Miguel, 2012).

---

<sup>12</sup> Teoricamente, grupos de pressão distinguem-se de grupos de interesse devido à pressão política que exercem no sistema político. Já os lobbies referem-se os “grupos de pressão que instrumentalizam recursos de poder em busca de influência” (Santos, 2007: 83). Para os fins desse trabalho, porém, a expressão “grupos de interesse” será utilizada para tratar dos lobbies que atuam no Congresso Nacional visto que o termo “grupos de interesses” é uma expressão mais ampla que inclui tanto os grupos de pressão quanto os lobbies propriamente ditos. Utilizamos a palavra “lobby” para designar a tentativa de influência política mediante contato direto com autoridades, tal como a definição do *Cambridge Dictionary* e da Lei dos Estados Unidos. Ver em: <http://dictionary.cambridge.org/us> [http://www.senate.gov/legislative/Lobbying/Lobby\\_Disclosure\\_Act/3\\_Definitions.ht](http://www.senate.gov/legislative/Lobbying/Lobby_Disclosure_Act/3_Definitions.ht)

De forma semelhante, renda, riqueza e posição social podem ter impactos relevante sobre o acesso à burocracia estatal e aos grupos de interesses. No caso da burocracia, o que importa é a rede de contatos e a dependência do capital privado, que possibilita maior proximidade entre grupos empresariais e agentes estatais em detrimento de outros grupos. No Brasil, esse aspecto é bastante relevante, tendo em vista a exclusão dos trabalhadores nos canais de acesso à burocracia pública (ver Diniz, 1992; Bresser-Pereira, 2007).

Já em relação aos grupos de interesses, o foco está na atividade de “lobby”, entendido como o ato de tentar exercer influência por meio do contato direto com os parlamentares. Como a manutenção de tais grupos requer a capacidade de arcar com certos gastos – como com a contratação de pessoal, por exemplo – supõe-se que os grupos sejam mais acessíveis a indivíduos e segmentos que possuam recursos econômicos. Uma ilustração disso é a disparidade entre quantidade de grupos que representam o empresariado em comparação com os grupos que representam os trabalhadores no Congresso Nacional<sup>13</sup>.

Dessa forma, o poder econômico impacta o potencial de influência política porque determina o acesso dos agentes aos canais de interação com o sistema político. A imagem 1 operacionaliza a interação entre agentes e sistema. Os agentes podem ser grupos, indivíduos ou ainda determinadas instituições. A estrutura do sistema político, por sua vez, define quais regras obedecem os padrões de atuação das instituições do Estado. “Classe social” é a variável principal devido à influência de renda, riqueza e posição social no acesso aos canais de interação com o sistema político.

Embora renda não seja o único elemento presente no conceito de classes, ainda é um aspecto importante e ambas as definições – de classe e de renda – estão relacionadas às discussões sobre desigualdade econômica. Isso decorre da aceção de que a desigualdade material é um dos principais fatores ligados à formação da classe e do conflito de classes (Wright, 1994). Sobretudo, a posição social – mesmo que com um rendimento aquém do esperado – também impacta na capacidade de utilizar os canais de interação com o sistema político.

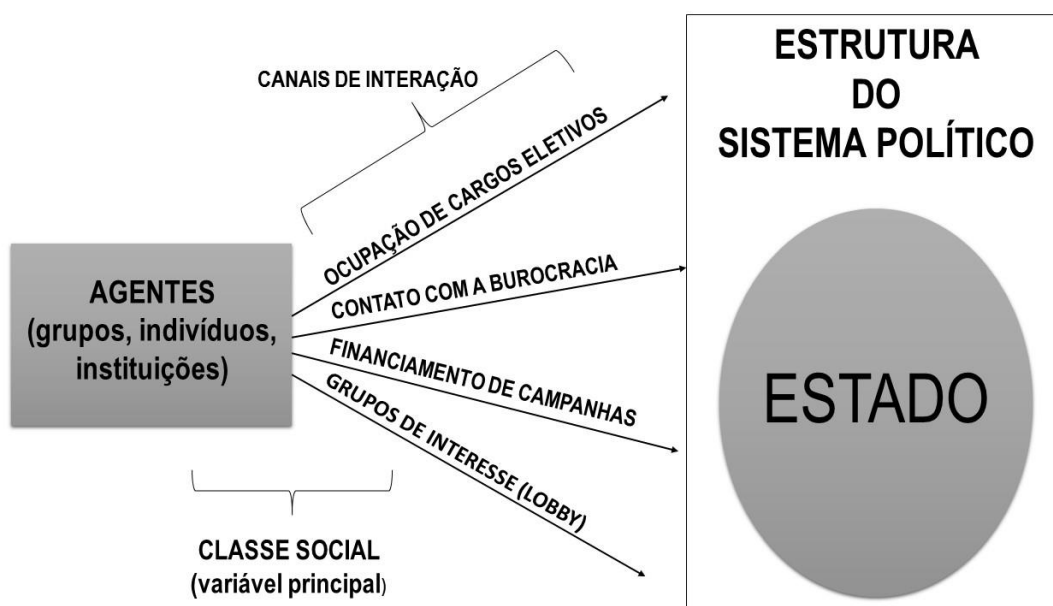
---

<sup>13</sup> Existem 99 entidades de classe credenciadas na Câmara dos Deputados. No que tange ao setor da Indústria, 19 entidades (de um total de 25) correspondem a instituições que representam o empresariado em comparação com 6 que representam os trabalhadores. Os dados foram coletados diretamente com a Câmara dos Deputados e mediante acesso a documentos oficiais das entidades (páginas eletrônicas, estatutos, regulamentos, etc).



Em outras palavras, “renda”, “riqueza” e “posição social” atuam como variáveis intervenientes no mecanismo causal entre classe e influência nas decisões públicas. Tais variáveis agem até mesmo de forma direta e indireta, tendo em vista que também estão relacionadas a outros fatores que incidem sobre o acesso aos canais de interação, como disponibilidade de tempo livre, nível de escolaridade, possibilidades de socialização política, entre outros.

**Imagem 1 – Modelo de interação entre sociedade e Estado**



**Fonte:** elaboração da autora.

O esboço proposto também tenta superar o embate entre estruturalismo e instrumentalismo. O debate sobre concepções marxistas de Estado é influenciado pela discussão entre essas duas vertentes. A questão central refere-se a se o Estado moderno configura-se em um “Estado capitalista” ou um “Estado em uma sociedade capitalista”.

A resposta do instrumentalismo é “Estado em uma sociedade capitalista”. Nessa perspectiva, o Estado é um instrumento neutro a ser utilizado pela classe dominante. Serve aos interesses da burguesia porque é dominado por essa classe mediante, por exemplo, a burocracia (“*agency over structure*”). Trata-se de relações intersubjetivas em vez de relações estruturais objetivas. No caso do estruturalismo, o Estado é visto como um sistema estrutural que independe da vontade dos agentes (Hay, 1999).

A síntese, para Hay (1999), consistiria em um entendimento mais dialético acerca do tema, em que agência e estrutura sejam vistas com base em relações mútuas.

A abstração acima tenta superar o antigo dilema agência-estrutura ao propor relações mútuas entre agentes e estrutura. Dessa maneira, ao passo que as decisões dos agentes são condicionadas por fatores estruturais, o funcionamento das instituições políticas e a estrutura, que remete às regras do campo político, também são influenciados pela forma com a qual os agentes interpretam e executam as regras diante de um contexto em que as escolhas são constrangidas.

Os canais de interação se constituem em meios de acesso às instituições políticas, seja devido à pressão direta sobre agentes políticos, como aquela propiciada pelo financiamento de campanhas, ou pela influência exercida em relação à burocracia estatal. Entretanto, esses meios de acesso podem ser mais ou menos abertos a grupos específicos, em que o poder econômico, expresso na renda, riqueza e classe social, constitui-se em uma das variáveis fundamentais.

Assim, verifica-se a existência de filtros que impedem o acesso dos profanos ao campo político, enquanto permitem a entrada facilitada por agentes que detêm certos requisitos, entre eles a notável presença de determinados recursos econômicos. Em outros termos, essa tendência pode ser ilustrada pela conversão do capital econômico em capital político, mesmo que os agentes não estejam participando diretamente do campo.

Disso decorre a premissa central de uma teoria democrática marxista: uma democracia real é caracterizada pela existência de um nível mínimo de capilaridade igualitária em contraste com a capilaridade seletiva das falsas democracias. Isso significa que o que define o quão um Estado é democrático não é a mera presença de certas instituições, mas se ele é mais aberto ao público em geral ou a determinados grupos em detrimento de outros. Assim, a teoria democrática marxista reforça a crítica à democracia liberal, caracterizada por uma igualdade meramente formal. Simultaneamente, há um retorno à concepção original de democracia, vinculado ao princípio de igualdade política visto em seu formato mais radical.

A igualdade, na democracia liberal e nas correntes minimalistas, adquiriu um escopo limitado, na assertiva de que cada eleitor corresponde a um voto (cf. Downs, 1999 [1957]), ou seja, cada voto tem peso igual em um regime democrático. Entretanto, essa premissa não se realiza na prática, uma vez que os indivíduos possuem “pesos diferentes” de acordo com o potencial de influência que possuem. O potencial de

influência é, por sua vez, condicionado por atributos econômicos, em particular renda, riqueza e classe social. Isso não significa que outros elementos, inclusive de cunho cultural, não impactem a capacidade de influência, mas o impacto da economia é substancial.

Isso implica afirmar que o campo político atua como expressão de capilaridade seletiva do Estado. Assim como no conceito de seletividade de Offe (1984 [1972]), trata-se de uma capilaridade sistêmica, pois é resultado da estrutura do sistema político, o qual é configurado como um campo fechado com canais de interação condicionados por elementos econômicos.

A existência de um “campo” indica que há os que estão dentro e os que estão fora, rompendo com a falácia da igualdade formal. As exigências para entrada no campo político – disponibilidade de tempo livre, necessidade de adequação ao padrão discursivo dominante, exclusão de posições políticas mais radicais sem compromisso com a barganha – são as causas de seu caráter excludente (Miguel, 2014).

Em contraposição aos regimes “democráticos” excludentes – “falsas democracias” – o ideal de democracia em uma teoria marxista tenderia a propor uma estrutura de campo político mais aberta, sem regras de admissão tão rígidas, que possibilitasse a participação massiva de todos os cidadãos e cidadãs. Eis o motivo pelo qual trata-se de uma “democracia do proletariado”. Na verdade, o termo “proletariado” é utilizado para indicar a “democracia dos excluídos”, ou seja, daqueles que estão sistematicamente fora do campo político. Se o proletariado representa as classes excluídas, abrir o sistema político a elas implica aumentar o nível de inclusão política, preocupação central na perspectiva marxista.

A “ditadura do proletariado” não correspondia ao significado mais frequente de “ditadura” que associa esse termo a uma concepção de dominação. Ao contrário, a “ditadura revolucionária do proletariado”, tal como denominada por Marx (1981 [1975]), corresponde a um período de transição entre a sociedade capitalista e a comunista, em que há um controle democrático da sociedade e do Estado pelo proletariado (ver Held, 2007), tendo em vista seu papel como o agente da transformação. Isso significa que, durante esse período, o Estado estaria nas mãos da classe trabalhadora.

Essa lógica é convergente com o projeto marxista de emancipação real, que critica o aspecto meramente formal das democracias liberais-pluralistas. Embora a emancipação política – associada a direitos políticos como o sufrágio universal – seja um progresso, ela não corresponde ao último estágio da emancipação humana, que se caracteriza pela conversão do homem em ser genérico (Marx, 2005 [1844]). Assim, o marxismo fornece uma crítica à democracia liberal e propõe uma alternativa. Essa alternativa enfatiza a necessidade de aplicação real do princípio de igualdade política, a qual vai além de meros requisitos formais.

#### **IV. Considerações finais**

O marxismo é uma corrente bastante heterogênea, principalmente devido à variação presente nas obras do próprio Karl Marx. Entretanto, é possível delinear alguns eixos centrais nos escritos dos autores marxistas no que tange aos conceitos de classe, Estado e as implicações teóricas para as discussões sobre democracia.

A convergência reside na centralidade das classes sociais como unidade analítica e no tratamento diferenciado do Estado a determinadas classes segundo a interposição do poder econômico na esfera política. Em suma, o que potencialmente une os marxistas é a assertiva de que dinheiro, classe e patrimônio possuem relação com a capacidade de influência política. Esse é o eixo central que possibilita a sistematização de uma teoria democrática marxista.

Embora o marxismo seja pouco mencionado nas discussões sobre modelos ou teorias da democracia, essa vertente do pensamento político pode trazer relevantes contribuições na construção de um conceito mais substancial de democracia. Isso decorre do enfoque dado pelo marxismo na questão da igualdade política. A concepção de igualdade política presente no marxismo se diferencia substancialmente daquela adotada pela perspectiva liberal-pluralista, a qual está presente nos regimes democráticos contemporâneos.

No caso da democracia liberal-pluralista, a igualdade está expressa na regra formal de que cada eleitor corresponde a um voto. Essa regra se relaciona à presunção de uma “responsividade igualitária”, ou seja, que cada eleitor teria o mesmo peso no sistema político. É evidente que isso não ocorre na realidade. Diferentes indivíduos, grupos e organizações possuem distintos níveis de proximidade da esfera política.

Trata-se da “capilaridade seletiva” do Estado, que corresponde ao acesso diferenciado das instituições estatais a determinados segmentos da sociedade.

A capilaridade seletiva deriva da própria estrutura do campo político, que, como outros campos sociais, caracteriza-se pela exclusão sistemática de agentes que não se adequem a suas formas de comportamento e de expressão (Miguel, 2014). A perspectiva marxista parte do pressuposto de que a estrutura do campo político é determinada pela lógica da esfera econômica. Assim, o Estado – entendido como todo o aparato do governo deste o executivo à polícia – estaria imerso nas relações socioeconômicas (Held, 2007).

As regras do campo político – de legitimação de certos discursos e comportamentos – contribuem para que indivíduos com recursos econômicos elevados tenham mais acesso às decisões públicas. Renda, riqueza e classe social incidem sobre uma série de fatores que determinam a capacidade de atuação política, bem como sobre a aquisição de atributos específicos que facilitam a aceitação social no meio político. São exemplos disso os espaços de socialização e o acesso à educação e à informação, sobre os quais as variáveis citadas provavelmente possuem efeito significativo.

A crítica marxista à democracia burguesa reside justamente na insuficiência dos direitos formais, os quais seriam incapazes de garantir a emancipação humana real. Direitos políticos como o direito ao voto e à contestação pública por si só, embora relevantes, são insuficientes para promover o verdadeiro regime democrático.

Uma democracia real, por outro lado, seria caracterizada por uma abertura maior do Estado aos segmentos da sociedade tradicionalmente excluídos. É justamente essa inclusão política em larga escala que caracteriza a “democracia do proletariado”: um sistema político tão aberto aos cidadãos e cidadãs “comuns” que a distinção entre Estado e sociedade se tornaria irrisória. No pensamento marxista ortodoxo, a abolição do Estado seria resultado da extinção das classes sociais, visto que implicaria a eliminação da dominação. O Estado, visto como instrumento da classe burguesia, não seria mais necessário após a abolição das classes.

No modelo aqui proposto o desaparecimento do Estado, em uma democracia real, resulta da eliminação do status social, caracterizado pela existência de acesso diferenciado de alguns segmentos às instituições estatais. Isso seria possível apenas em uma sociedade em que a influência do dinheiro sobre a política seja eliminada ou

mitigada. Dessa forma, uma teoria democrática marxista destaca a relação entre igualdade política e econômica. Suas vantagens residem na análise aprofundada da relação entre classes sociais e Estado de modo a sistematizar o funcionamento do sistema em relação à influência política.

No que tange ao tema da desigualdade, a tendência na Ciência Política tem sido analisar a relação entre distribuição de renda e democracia de modo que o regime democrático é visto como a variável independente, enquanto a distribuição de renda seria o resultado<sup>14</sup>. Essa relação é plausível, tendo em vista que a democracia pressupõe que mais pessoas participariam da política e, portanto, contribuiriam para que os recursos fossem repartidos para um número maior de indivíduos, o que caracterizaria uma distribuição mais igualitária. A direção da causalidade, no marxismo, encontra-se invertida: renda, riqueza e classe social representariam variáveis independentes que incidem sobre a qualidade do regime democrático.

Eis o motivo pelo qual o marxismo parece propor os instrumentos mais adequados para lidar com questões relativas à democracia em contextos de grandes disparidades sociais. Ao analisar a relação entre classe e capacidade política, o marxismo dá maior ênfase à interação entre igualdade econômica e política. Por outro lado, isso não exclui uma análise que considere que a relação entre esses fatores se caracteriza por sua mutualidade, em vez de se classificar como unilateral.

O esquema desenvolvido neste artigo traz apenas uma proposta do que seria uma teoria democrática marxista. Tendo em vista que se trata de uma corrente bastante heterogênea e diversa, o marxismo dispõe de várias possibilidades de sistematização teórica. Dessa forma, a proposta aqui adotada não se constitui em alternativa única, uma vez que é possível desenhar várias teorias democráticas marxistas. Além disso, nenhuma teoria está imune a problemas de cunho metodológico. O modelo esboçado deve enfrentar obstáculos em relação à sua operacionalização, como o acesso aos dados, além de dificuldades em relação à inferência causal.

Assim, ainda há muito trabalho a ser feito nessa área, em que este trabalho almeja ser apenas o primeiro passo.

---

<sup>14</sup> Uma discussão sobre o assunto pode ser encontrada nos seguintes trabalhos: Weede, Erich. *Democracy and Income Inequality Reconsidered*. *American Sociological Review*, Vol. 54, No. 5, pp. 865-868, 1989; e Gradstein, Mark; Milanovic, Branko; Ying, Yvonne. *Democracy and Income Inequality: An Empirical Analysis*, CESifo Working Paper No. 411, 2001. Geralmente, o assunto é enquadrado conforme o debate das teorias da modernização (cf. Muller, 1995).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 28, pp. 9-30, 2007.

DAHL, Robert A. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven: Yale University Press, 1961.

DINIZ, Eli. Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 7, n. 20, 1992.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução de Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999 [1957].

HAY, Colin. "Marxism and the State". Em: GAMBLE, Andrew; MARSH, David; TANT, Tony. *Marxism and Social Science*. Urbana: University of Illinois Press, 1999.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Tradução de María Hernández. Madrid: Alianza, Terceira Edição, 2007

HEYWOOD, Andrew. *Political Theory: an introduction*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

LOWI, Theodore. *The End of Liberalism: the Second Republic of the United States*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1979 [1969].

MARQUES, Danusa. *Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2007.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo : Centauro, 2005 [1844].

\_\_\_\_\_. *Critique des programmes de gotha et d'erfurt*. Paris : Sociales : 1981 [1875].

MIGUEL, Luis Felipe. De que falam os marxistas quando falam em classes? *Rev. Mediações*, Londrina, pp. 23-29, 1998.

\_\_\_\_\_. A Democracia Domesticada: As Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol 45, nº3, pp. 483-511, 2002.

\_\_\_\_\_. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. Em: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 59. São Paulo: Editora da Revista BIB, pp. 5-42, 2005.

\_\_\_\_\_. “Democracia e sociedade de classes”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, Brasília, pp. 93-117, 2012.

\_\_\_\_\_. “Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal”. *Novos Estudos*, nº 98, 2014.

MOSCA, Gaetano. “A Classe Dirigente”, em SOUZA, Amaury de (org.). *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MULLER, Edward N. Economic Determinants of Democracy. *American Sociological Review*, Vol. 60, No. 6 (Dec., 1995), pp. 966-982, 1995.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1972].

PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. “Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, Brasília, pp. 243-270, julho-dezembro de 2009.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1970].

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 2000 [1978].

REUVENY, Rafael; LI, Quan. Economic Openness, Democracy, and Income Inequality: An Empirical Analysis. *Comparative Political Studies*, Vol. 36 No. 5, pp. 575-601, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *La société des égaux*. Paris: Éditions du Seuil, 2011.



SANTOS, Luiz Alberto dos. *Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas – análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2007.

SPECK, Bruno W. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. *Debate*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 3, 2010.

SZTUTMAN, André Medeiros; ALDRIGHI, Dante Mendes. *Financiamento das campanhas eleitorais de 2006 por grupos econômicos e empréstimos do BNDES*. Encontro da ANPEC: Área 4 – Economia do Setor Público, 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado. *A Democracia Realizada do Materialismo Histórico: sobre a ditadura do proletariado e sua injustificada omissão nos estudos de teoria democrática contemporânea*. 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 2014.

THOMPSON, E. P. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class?” *Social History*, vol. 3, no. 2, 1978.

WRIGHT, Erik Olin. *Interrogating Inequality: essays on class analysis, socialism and Marxism*. Londres: Verso, 1994.

WRIGHT, \_\_\_\_\_. “Análise de Classes”. Capítulo 1 do livro “Class Counts”. Tradução de Roberto Cataldo Costa, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 17, Brasília, maio-agosto, 2015.